



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

10ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa
13 de agosto de 2024

Ata da Ducentésima Décima Quinta Sessão Ordinária

Às nove horas do dia treze do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Amélio Cayres, secretariado pelos Senhores Deputados Valdemar Júnior, Primeiro-Secretário e Luciano Oliveira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Mantoan, Gutierrez Torquato, Jair Farias, Léo Barbosa, Luciano Oliveira, Moisemar Marinho, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wiston Gomes e das Senhoras Deputadas Claudia Lelis, Luana Ribeiro e Vanda Monteiro. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Ivory de Lira. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo Fortes, Fabion Gomes, Gipão, Jorge Frederico, Marcus Marcelo, Nilton Franco e a Senhora Deputada Professora Janad Valcari. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno,



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 45/2024, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 18, de 30 de setembro de 2003, que institui o Programa de Incentivo à Cultura no Estado do Tocantins, e adota outras providências”; Mensagem número 46/2024, de autoria do Senhor Governador do Estado encaminhando Projeto de Lei número 10/2024, de 12 de agosto de 2024, que “institui o Programa Trilha da Pesca e Aquicultura, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 831/2024, de autoria do Senhor Deputado Gipão, que “dispõe sobre a proibição do consumo de maconha em ambientes de uso coletivo, públicos ou privados, no Estado do Tocantins”; Ofício número 486/2024, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, que “requer a alteração de sua licença para tratar de interesse particular pela licença para investidura no cargo de Secretário de Estado das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional, nos termos regimentais”, a partir do dia 9 de agosto de 2024; Ofício oriundo da Secretaria da Educação do Estado do Tocantins, em resposta ao Requerimento de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa; Ofício oriundo da Polícia Militar, em resposta ao Requerimento de autoria do Senhor deputado Léo Barbosa; Ofício oriundo da Secretaria Executiva da Governadoria, em resposta aos



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Requerimentos de autoria do Senhor Deputado Luciano Oliveira; Ofício oriundo da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária, informando sobre a celebração de termo de colaboração, com a Associação Nova Esperança dos Agricultores e Agricultoras, Familiares do Projeto de Assentamento Juarina; Ofícios oriundos da Secretaria de Estado da Saúde, comunicando a liberação de recursos financeiros a diversos convênios; Ofícios oriundos da Secretaria Estadual da Segurança Pública, em resposta aos Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados Eduardo Mantoan e Luciano Oliveira; Ofício oriundo da Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins, em resposta ao Requerimento de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari; Ofício oriundo do Instituto de Terras do Tocantins, em resposta ao Requerimento de autoria do Senhor Deputado Wiston Gomes; Ofício oriundo da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento, em resposta ao Requerimento de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis; Ofício oriundo do Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins – Quartel do Comando-Geral, em resposta ao Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fabion Gomes; e Ofício oriundo da Secretaria de Estado da Saúde, encaminhando o relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior – RDQA, 1º Quadrimestre de 2024, e solicitando o agendamento de Audiência Pública para apresentação do relatório e prestação de contas da



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Saúde. Logo após, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Gutierrez Torquato. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 832 e 833/2024, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; 834 e 835/2024, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres; 836/2024, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis; 837 e 838/2024, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan; e os Requerimentos que receberam os números 651 a 666. A seguir, foram aprovadas as urgências dos Projetos de Lei números 661, 832 e 833/2024, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; e dos Requerimentos que receberam os números: 653 e 621, de autoria do Senhor Deputado Luciano Oliveira; 823, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias; 620, de autoria do Senhor Fabion Gomes; 635, 625 e 662 de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior; 603, 604, 649, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato; 598 e 599, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes; 595, 596, 605 e 643, de autoria do Senhor Deputado Gipão; 613, de autoria do Senhor Deputado Moisémar Marinho; e 600 e 601, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo. Logo após, assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Vilmar de Oliveira. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Em seguida, o Senhor Presidente determinou que se fizesse a



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Verificação de Quórum. Estavam presentes os Senhores Deputados Luciano Oliveira, Wiston Gomes, Jair Farias, Gutierrez Torquato, Moisemar Marinho, Eduardo Mantoan, Cleiton Cardoso, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Eduardo do Dertins, Professor Júnior Geo e as Senhoras Deputadas Claudia Lelis, Luana Ribeiro e Vanda Monteiro. Na deliberação da Ordem do Dia, foi anunciado em turno único de discussão e votação, o Recurso ao Plenário referente ao Projeto de Lei número 580/2023, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “requer nos termos do § 1º do art. 73-A do Regimento Interno desta Casa de Leis, a apreciação pelo Plenário de parecer exarado e aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que determinou o arquivamento do Projeto de Lei número 580/2023, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “dispõe sobre a estadualização da estrada vicinal, que liga o município de Conceição do Tocantins – TO, ao entroncamento da TO-387”, o qual votado, foi aprovado e encaminhado à tramitação normal. Foi anunciado, em turno único de discussão e votação, o Recurso ao Plenário referente ao Projeto de Lei número 660/2024, de autoria do Senhor Deputado Marcus Marcelo, que “requer, nos termos do § 1º do art. 73-A do Regimento Interno desta Casa de Leis, a apreciação pelo Plenário de parecer exarado e aprovado na Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

determinou o arquivamento do Projeto de Lei número 660/2023, de autoria do Senhor Deputado Marcus Marcelo, que “dispõe acerca da elaboração de estatística e divulgação sobre os portadores do Transtorno do Espectro Autista (TEA), na forma que especifica”, o qual votado, foi aprovado e encaminhado à tramitação normal. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 140/2019, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “institui a Política Disque-Ronda Escolar no âmbito do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 222/2019; 121/2023, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de sessão de cinema adaptada às pessoas com Transtorno do Espectro Autista, ou outras pessoas com condições de neurodiversidade que acarretem hipersensibilidade sensorial em geral e suas famílias, no Estado do Tocantins”; 296/2023, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “institui a política de diagnóstico e tratamento da depressão pós-parto na rede de saúde pública e privada”; 297/2023, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre o direito da parturiente optar pela cesariana e analgesia, e dá outras providências”; 390/2023, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que “institui a Política Estadual de Incentivo à Geração de Energia Renovável por Produtores



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Rurais”; 400/2023, de autoria do Senhor Deputado Gipão, que “institui o Dia Estadual do Nascituro e de Conscientização sobre os Riscos do Aborto, a ser comemorado, anualmente em 8 de outubro”; 430/2023, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “institui a Semana Estadual do Direito nas escolas da rede estadual de ensino do Estado do Tocantins”; 435/2023, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre o monitoramento eletrônico de agressor de violência doméstica e familiar contra a mulher, seus familiares e/ou testemunhas, no âmbito do Estado do Tocantins”; 459/2023, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco, que “institui a Semana e o Dia Estadual de Conscientização da Cranioestenose no Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 475/2023, de autoria do Senhor Deputado Gipão, que “institui a Política de Prevenção à Saúde do Caminhoneiro(a) no âmbito do Estado do Tocantins”; 483/2023, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro que, “institui o Dia da Menina”; 529/2023, de autoria do Senhor Deputado Gipão, que “proíbe a remoção de veículo por reboque público ou por empresa prestadora desse serviço quando o responsável pelo veículo estiver presente para efetuar sua remoção”; 535/2023, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que “institui a obrigatoriedade de vigilantes do sexo feminino nos estabelecimentos de prestação de serviços financeiros no âmbito



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

do Estado do Tocantins”; 657/2024, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres, que “dispõe sobre a isenção do pagamento de valores a título de inscrição em concursos públicos, no âmbito do Estado do Tocantins, para os jurados cadastrados no Projeto Jurado Voluntário do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins”; 682/2024, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, que “declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto de Misericórdia IM”; 773/2024, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores do Bairro Flamboyant2”; e 774/2024, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Beneficente Vila Conectada”, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação os Requerimentos números: 589, 608, 609, 610, 583, 584, 585, 606, 607, 586, 587, 594 e 611, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. No horário destinado às Discussões Parlamentares, usou a tribuna o Senhor Deputado Professor Júnior Geo. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e dezesseis minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada,



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário